



RESOLUÇÃO Nº 11/1995 – CEPE

Fixa normas, critérios e níveis da remuneração para contratação de Professor Visitante e/ou Pesquisador.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPE, no uso das suas atribuições estatutárias e tendo em vista o que deliberou este colegiado, na sua 3ª Reunião Ordinária, acontecida no dia 29 de agosto de 1995,

CONSIDERANDO o que está estabelecido na Resolução Nº 06/95 – CONSUNI, de 31/07/95;

CONSIDERANDO o que determina a Lei Federal Nº 8.745, de 12/12/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Poderá haver contratação de Professor Visitante e/ou Pesquisador, mediante solicitação do Departamento com aprovação do Conselho de Centro respectivo e homologação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

§ 1º - O Professor Visitante deverá ser professor e/ou pesquisador de renome, de instituição nacional ou estrangeira, de elevado conceito na área de ensino, pesquisa e extensão, portador de Título de Mestre, Doutor ou Livre Docente ou, excepcionalmente, só do Título de Especialista com produção científica comprovada e contratada exclusivamente para atender a programa específico de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º - Em caráter excepcional, poderá ser dispensada a referida titulação, desde que o indicado, à vista do *Curriculum Vitae* devidamente comprovado, seja qualificado como pessoa de Notório Saber por este conselho, mediante votação secreta de 2/3(dois terços), de seus membros.



Art. 2º - A indicação pelo Departamento far-se-á com fundamento na carência comprovada para a execução do Plano de Trabalho Específico da Área de ensino, pesquisa e extensão e na análise do *Curriculum Vitae* do candidato, dando-se ênfase aos seguintes aspectos:

- a) Formação acadêmica – análise da formação universitária, incluindo cursos de graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e o título de livre docente.
- b) Produção científica ou cultural – análise de trabalhos de natureza científica, tecnológica e/ou cultural. Publicados em livros e periódicos de ampla circulação, com corpo editorial permanente.
- c) Experiência didática e técnico-profissional – análise das atividades exercidas no magistério superior, em consultorias públicas e/ou privadas, no desempenho de cargos, empregos, funções ou comissões e nas realizações técnico-profissionais dentro da especialização.

Art. 3º - A contratação de Professor Visitante nacional far-se-á pelo prazo máximo de até 12(doze) meses, por tempo determinado e improrrogável, e a contratação de Professor Visitante estrangeiro poderá ser feita pelo prazo máximo de até 04(quatro) anos, por tempo determinado e prorrogável, desde que o prazo total não ultrapasse 04(quatro) anos, correndo às despesas à conta da dotação orçamentária da Universidade.

§ 1º - O professor Visitante será contratado em regime de 40(quarenta) horas, com Gratificação de Incentivo Profissional de Dedicação Exclusiva, com remuneração fixada em função da qualificação e experiência, situando-se entre Professor Adjunto XIII e Professor Titular XIII.

§ 2º - A remuneração de que trata o parágrafo anterior será decidida pelo Reitor, mediante proposta do Departamento de lotação do Professor Visitante, acompanhada de exposição de motivos que justifique.

Art. 4º - Caberá ao Departamento Acadêmico propor recrutamento de pessoal a ser contratado, através de Processo Seletivo, simplificado e sujeito a ampla divulgação, inclusive no Diário Oficial do Estado, prescindido de Concurso Público.

Art. 5º - O Plano de Trabalho do Professor Visitante, apresentado no ato da seleção, será aprovado pelo Departamento que levara em consideração as atividades de pesquisa, orientação



de dissertação ou teses, de ensino e as atividades de extensão programadas pelo Departamento.

Art. 6º - O não-cumprimento do plano de trabalho estabelecido no artigo anterior implicará na rescisão do contrato de Professor Visitante, por meio de proposta do Departamento homologada pelo respectivo Conselho de Centro.

Art. 7º - Esta resolução entra em vigor na data consignada e revoga as disposições em contrário

Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores da URCA, em Crato, a 29 de agosto de 1995.

Manuel Edmilson do Nascimento
REITOR-PRESIDENTE